

“Não derrubem as matas.  
Eu quero viver.”

Um caingangue da Reserva Xapecó.

# O Índio e a Natureza em decomposição

Por Marcos Bedin  
Fotos Lourival Bento (arquivo)

No município de Xanxerê, um pedaço de terra e um punhado de criaturas formam um universo tão rico e tão sofrido que sugerem ser extrato de algum livro de ficção e não um componente exótico do Oeste de Santa Catarina: uma reserva indígena cercada pela civilização branca, onde índios e Natureza sucumbem dia a dia sob o peso da violência, da hostilidade, da ganância e da maldade do homem branco.

A reserva indígena Xapecó, no município de Xanxerê, foi criada em 1902 pelo Governo do Paraná, com área de 50 mil hectares. Ali, cerca de 5 mil caingangues e guaranis ficaram confinados a viver, comportando sua cultura e seus modos vivendi sob o marco imaginável que separaria o “mundo dos brancos” do “mundo dos índios”.

A poderosa Nação caingangue que milhares de anos atrás vivia livre e soberana no Sul do Brasil, ficava tolhida em sua liberdade e seus direitos. Os velhos chefes acreditavam que, pelo menos, a destinação espacial do povo caingangue em uma Reserva colocaria a termo a confrontação branco-índio. Enganaram-se os caingangues.

Os limites da reserva não foram respeitados e, paulatinamente, os brancos marcharam sobre as terras — as últimas terras indígenas — destruindo o meio ambiente e massacrando os pacíficos caingangues e guaranis. As terras foram intrusadas, as riquezas vegetais extraídas, a natureza violentada e os índios reduzidos ainda mais a uma situação de miséria.

Hoje, restaram 16 mil hectares, 1.400 índios, alguns pinheiros e um resquício de natureza. O homem branco ainda não compreendeu que destruir a natureza é destruir o índio em sua essência, e a devastação cultural, moral e biológica prossegue, insana, incessante.

“Não sei quem tomba antes: se os pinheiros ou meus irmãos índios”, conta Nianjá, um velho caingangue. Seu pai, seu avô, e toda a sua linhagem viveram naquelas matas derrubadas nas últimas quatro décadas pela indústria madeireira. “No passado, o alimento de nossas famílias era tirado das matas, dos rios, dos pomares silvestres. Hoje, tentamos extrair da agricultura nosso alimento, mas nada é como antes”.

O velho Nianjá explode num choro incontido ao relatar os saques praticados contra o meio ambiente que circunda e envolve o povo índio. O homem índio é o ser mais ecológico do mundo, lembra o indigenista Padre Egon Heck,

do Conselho Indigenista Missionário. O índio não abate árvores, a não ser aquelas desvitalizadas para construir sua casa, não mata animais desnecessariamente, não polui o ar ou a água. Ele cria uma verdadeira simbiose com a natureza, vivendo ambos em harmonia. A natureza não depende do Índio, mas este, depende umbilicalmente dela, a quem respeita, interpreta, conhece e ama.

Esta intrínseca relação entre o Índio e Natureza e a dificuldade que o primeiro tem de viver sem a segunda, faz do indígena um ser tão ecológico quanto o esquilo que morre depois que os pinheiros são abatidos e faltam pinhões; e com a mesma dificuldade de adaptação quanto os pardais que fenecem quando as árvores nativas são substituídas por florestas comerciais-energéticas que não geram mais frutos; ou como a lebre selvagem que morre e se extingue com toda a fauna selvagem de veados, pacas, antas, tatus, capivaras, cotias, que se extinguíram nas últimas duas décadas no Oeste catarinense, sob o peso do facão e do machado, da caça criminosa e da mórbida devastação.

O indigenista Egon Heck dedicou sua vida ao estudo da questão indigenista brasileira. Suas principais observações foram feitas durante o período em que conviveu com caingangues e guaranis da Reserva Xapecó. Heck testemunhou o sofrimento dos índios pela perda de suas matas, impiedosamente derrubadas para alimentar indústrias madeireiras da região.

Heck dá uma visão do sofrimento indígena: “O habitat do índio sempre foi a mata, a Natureza em sua forma mais primitiva e original. Ali, caçava, pescava, criava os filhos e lhes transmitia ensinamentos milenares, simples e sábios que o branco ainda não compreende. Danças, cultos, rituais de uma cultura extraordinária que gerações perpetuaram. Depois chegou o branco, aos poucos, enganando, roubando terras, encurralando o índio até submetê-lo ao ultraje de seu isolamento em reservas, nunca respeitadas, sempre invadidas. É impossível descrever como viviam e como vivem: eram altivos, livres, pacíficos; hoje estão na miséria, no esquecimento, na penúria, ainda pacíficos, tristes e desesperançados. Roubaram-lhes a terra, destruíram-lhes a natureza. Ele ficou, só e infeliz: um pedaço de si — a Natureza — lhe foi extirpada. E o que restou? Um assassinato étnico que iniciou na Descoberta do País, atingiu seu clímax na colonização e ainda não cessou, na era contemporânea”.

O avô de Nianjá, há mais de 100 anos, vivia com o povo caingangue que habitava vastas regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As expedições exploratórias (que corporificavam as ações de vanguarda para a expansão da sociedade branca brasileira) foram rasgando os territórios dos caingangues, levando destruição e desolação. Essas penetrações exploratórias alargavam a colonização das regiões litorâneas do Brasil Meridional em direção ao Oeste em busca dos rios Paraná e Uruguai. Os primeiros contatos entre as sociedades branca e índia ocorreram por volta de 1810, nos campos de Guarapuava (PR), palco de uma “guerra ofensiva” determinada pelo Príncipe Regente contra os indígenas. Ali já se manifestaria a sanha cruel do branco contra o nativo e a natureza.

Apesar de todo o processo de destruição do povo caingangue, ele vive, em número reduzido, nas mesmas regiões que habitava e dominava originalmente: do centro de São Paulo, região de Bauru, ao Norte do Rio Grande do Sul, no Alto Uruguai.

Antes da colonização branca se expandir, o avô de Nianjá habitava uma extensa área entre Paraná e Rio Grande do Sul, coberta de pinheirais, a que os indígenas chamavam de “pinhal preto” porque as copas dos pinheiros formavam um “teto” que impedia a penetração de raios solares.

O avô de Nianjá estava de pé quando o sol raiava e saía para a caça. Nas matas, sua flecha era impulsionada com fibra e precisão no encaixe mortal de lebres, antas, pacas, cotias, capivaras. Só eram abatidos os animais necessários para o sustento do grupo, sem exageros ou coibição. Esse cuidado não era fruto de comedição mas exercício de sabedoria indígena, resultado da paciente observação dos fatos que regem a natureza: abater muitos animais poderia provocar sua extinção ou reduzir sua população — o que significaria fome, no futuro. Mais tarde, o branco insensível chacinaria espécies inteiras de pequenos animais, atendendo a interesses comerciais (carnes e peles) ou apenas satisfazendo a sanha estúpida de caçadores que depredaram a fauna nativa do Sul.

Quando não caçava, colhia frutos silvestres, abundantes em laranjeiras, cerejeiras, uvaíras, guabirobeiras e pinheiros, que generosamente, forneciam alimentos para homens, pássaros e animais de pequeno porte. No habitat dos caingangues vicejavam árvores nobres e importantes como o pinheiro, grábia, anjico, canela, pessegueiro, loro, cedro, imbuia, canafístula, maria-preta, bractinea, timbaiva e guatambu. Os rios ofereciam peixes, as matas frutos e animais. Um paraíso ecológico!

O povo de Nianjá começou a morrer quando suas riquezas naturais passaram a ser, paulatina e inexoravelmente espoliadas. Em 1902, o so-



“Hoje, na reserva, restam 1.400 índios, alguns pinheiros e resquícios da Natureza.”

## Imagens de um passado que não volta

A capacidade que os caingangues têm de transmitir oralmente, de geração em geração, sua cultura permite reconstituir a vida desse povo nativo nos séculos XVIII e XIX. A tradição oral dos índios é muito forte, rica em detalhes e autêntica na originalidade.

O avô de Nianjá, há mais de 100 anos, vivia com o povo caingangue que habitava vastas regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As expedições exploratórias (que corporificavam as ações de vanguarda para a expansão da sociedade branca brasileira) foram rasgando os territórios dos caingangues, levando destruição e desolação. Essas penetrações exploratórias alargavam a colonização das regiões litorâneas do Brasil Meridional em direção ao Oeste em busca dos rios Paraná e Uruguai. Os primeiros contatos entre as sociedades branca e índia ocorreram por volta de 1810, nos campos de Guarapuava (PR), palco de uma “guerra ofensiva” determinada pelo Príncipe Regente contra os indígenas. Ali já se manifestaria a sanha cruel do branco contra o nativo e a natureza.

Apesar de todo o processo de destruição do povo caingangue, ele vive, em número reduzido, nas mesmas regiões que habitava e dominava originalmente: do centro de São Paulo, região de Bauru, ao Norte do Rio Grande do Sul, no Alto Uruguai.

Antes da colonização branca se expandir, o avô de Nianjá habitava uma extensa área entre Paraná e Rio Grande do Sul, coberta de pinheirais, a que os indígenas chamavam de “pinhal preto” porque as copas dos pinheiros formavam um “teto” que impedia a penetração de raios solares.

O avô de Nianjá estava de pé quando o sol raiava e saía para a caça. Nas matas, sua flecha era impulsionada com fibra e precisão no encaixe mortal de lebres, antas, pacas, cotias, capivaras. Só eram abatidos os animais necessários para o sustento do grupo, sem exageros ou coibição. Esse cuidado não era fruto de comedição mas exercício de sabedoria indígena, resultado da paciente observação dos fatos que regem a natureza: abater muitos animais poderia provocar sua extinção ou reduzir sua população — o que significaria fome, no futuro. Mais tarde, o branco insensível chacinaria espécies inteiras de pequenos animais, atendendo a interesses comerciais (carnes e peles) ou apenas satisfazendo a sanha estúpida de caçadores que depredaram a fauna nativa do Sul.

Quando não caçava, colhia frutos silvestres, abundantes em laranjeiras, cerejeiras, uvaíras, guabirobeiras e pinheiros, que generosamente, forneciam alimentos para homens, pássaros e animais de pequeno porte. No habitat dos caingangues vicejavam árvores nobres e importantes como o pinheiro, grábia, anjico, canela, pessegueiro, loro, cedro, imbuia, canafístula, maria-preta, bractinea, timbaiva e guatambu. Os rios ofereciam peixes, as matas frutos e animais. Um paraíso ecológico!

O povo de Nianjá começou a morrer quando suas riquezas naturais passaram a ser, paulatina e inexoravelmente espoliadas. Em 1902, o so-

frimento sistematizou-se com o confinamento dos caingangues na Reserva Xapecó, decretado pelo Governo do Paraná como área de propriedade indígena, pagamento pelo trabalho prestado pelos índios na abertura da estrada de Clevelândia ao Goio-En, no Rio Uruguai.

A reserva não cumpriu o papel de protegê-los contra as investidas da sociedade branca e deixou-os mais vulneráveis pois não podiam abandonar a terra delimitada. Pequenos agricultores brancos passaram a invadir a área e levantar suas casas, estabelecendo-se ali com habitações e cultivo regular de lavouras de subsistência. Para ocuparem espaço, derrubaram as matas, queimaram extensas porções de floresta virgem. Faltava-lhes o amor à natureza que os indígenas cultuavam e que os colonos descendentes de italianos sul-riograndenses menosprezavam.

O processo de invasão e intrusão das terras indígenas intensificou-se nas décadas de 1960 e 70. Brancos ingressavam na área para serrar a madeira, extraíndo uma riqueza preciosa que pertencia aos caingangues, ou construíam pequenas propriedades rurais associando o cultivo do milho, feijão e soja à criação de suínos. A terra era duplamente espoliada, testemunharam missionários do CIMI: “Além do cultivo predatório das terras, os colonos brancos abatiam sem critério e sem necessidade, árvores de valor ecológico e industrial muito grande. Quando uma faixa da reserva estava devastada (solos depauperados, matas derrubadas), os colonos seguiam a frente para ocupar nova área e, novamente, devastá-la”.

Naquela época, lembra José Fagundes Ferreira, um dos intrusos, não havia qualquer dificuldade em adentrar a Reserva Indígena e saqueá-la, levando suas árvores, caçando seus animais. A Funai (Fundação Nacional do Índio) foi condescendente e pecou pela omissão, permitindo a destruição das riquezas naturais. Sua omissão foi agravada em 1976, quando o órgão oficial instalou na Reserva uma serraria com capacidade para extrair e beneficiar 3.000 dúzias de madeira por mês, estava institucionalizada a exploração dos índios e da natureza. Enquanto isso, denunciava José Domingos, cacique dos caingangues, os índios estavam proibidos de abater árvores para construir suas casas e eram compelidos a viver em subabitações.

Até 1979 as riquezas naturais da Reserva Indígena foram vergonhosas e criminosamente destruídas, tornando ainda mais a vida da comunidade caingangue. Naquele ano, os índios se sublevaram e, liderados pelo cacique José Domingos, expulsaram da área funcionários da Funai e deram ultimato aos intrusos: ou saíam de suas terras ou enfrentariam a ira acumulada dos caingangues. Assustados com reações violentas que explodiram em reservas indígenas do Paraná, na mesma época, os colonos brancos abandonaram a área, temendo represálias. Pela primeira vez, os índios voltavam a reinar sob seus domínios.

Mas, no rastro da ocupação branca ficaram, indelévels, a destruição da

flora, da fauna. Segmentos importantes do solo estavam inutilizados para a agricultura, fruto do cultivo inadequado e da erosão provocada pela falta de cobertura vegetal.

“Quem pagará por esses crimes?” — pergunta o velho cacique Fogoga-ang, não escondendo sua descrença na justiça do Homem Branco. E desabafa: “Será que nós, índios, temos algum direito e valor nesse País? Será que não tem mais terra nesse Brasil tão grande onde o Homem Branco possa viver sem destruir a Natureza que pertence ao Índio? Ou será que para o índio só há lugar embaixo da terra? Essa terra era toda nossa e agora estamos presos num cantinho de terra, inválida e desrespeitada, onde foi roubada quase toda a madeira e derrubado quase todo o mata”.

“Quem pagará por esses crimes?” — indaga o velho Xangrê, caingangue de 87 anos, todos vividos na Reserva Xapecó. Sua face marcada pela velhice é uma mostra do sofrimento incalcado ao povo indígena brasileiro. “Estou velho e pobre. Meus filhos cresceram na miséria e meus netos viverão neste mesmo chão, sem conforto, sem comida, sem natureza”.

A fala de Xangrê é pausada, misturando vocábulos caingangues com portugueses. Sua casa é uma favela a margem da estrada ao Sul da sede da Reserva. Dali se avista a extensão do devastamento das riquezas naturais: uma vegetação rasteira no lugar da exuberante floresta tropical; solos descobertos e ressecados...

“Quem pagará por esses crimes?” — clama o presidente do Conselho Indigenista Missionário, Bispo Dom José Gomes, para reconhecer, desolado, que “a sociedade branca jamais poderá restituir o que era do índio, compensar o que roubou do Índio ou reconstruir o patrimônio cultural, ecológico, humano e comunitário que destruiu nestes quase cinco séculos de dominação”.

Se a sociedade branca desejasse, sinceramente, impedir a destruição total dos povos indígenas do Brasil, ensina Dom José, deveria iniciar pela Terra; preservando a Natureza que ainda resta. E depois:

“A terra, para os povos indígenas, não é simples mercadoria que se possa vender, comprar ou explorar, é um dado religioso. Terra é teu chão cultural, habitado por suas tradições nas quais se baseiam seus valores, é lugar de seus mitos, campo de sua História. É seu “lugar” no mundo, o qual estabelece uma relação de intimidade e de diálogo; onde aquela queda de água, aquele morro, aquela árvore e aquela pedra são testemunhas de seu passado. É sua terra-mãe, onde repousam seus antepassados. Forçosamente transferidos de sua terra de origem, os povos indígenas vivem como exilados. A terra é a sua base material, a concretização da sua religião. Terra e religião são a pedra angular de todas as questões importantes que tocam os povos indígenas. Todas as intervenções na vida dos povos indígenas e todas as medidas da política indigenista oficial têm incidência sobre as terras e, por conseguinte, sobre a religião, organização social e cultural dos índios”.



“Não sei quem tomba antes: se os pinheiros os meus irmãos”, diz um velho caingangue.